

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Regulamento UE – 2016/679 – 27 de abril de 2016

Regulamento Geral de Proteção de Dados

A Equipa de Intervenção Social ERGUE-TE, pertencente à Instituição Particular de Solidariedade Social Fundação Madre Sacramento, na medida em que trata dados pessoais no âmbito da atividade que desenvolve nas suas diferentes áreas de atuação, de acordo com a prossecução dos fins estatutários da Fundação Madre Sacramento, garante a proteção daqueles dados, cujo tratamento é efetuado ao abrigo da legislação aplicável e da presente Política de Privacidade.

O compromisso da ERGUE-TE

Através desta Política a ERGUE-TE compromete-se a reconhecer a segurança dos dados pessoais que trata e a assegurar a proteção da privacidade dos respetivos titulares como dimensões fundamentais da atividade da organização, essenciais para a sua missão.

Em conformidade com a legislação em vigor, a ERGUE-TE presta informação sobre as regras, os princípios e as boas práticas no âmbito do tratamento de dados pessoais que são confiados, e sobre os meios que os titulares dos dados têm ao seu dispor para exercerem os seus direitos.

Quem é responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais

A Equipa de Intervenção Social ERGUE-TE da Fundação Madre Sacramento, registada como IPSS na Segurança Social e com o número de identificação coletiva nº503213314, é uma entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais, podendo ser contactada através:

- Email: equipa@erguete.com

- sede: Av. Fernão Magalhães, 136, 3ºZ, 3000-171 Coimbra

- Telefone: 239820090

Alterações à Política de Privacidade

A ERGUE-TE reserva-se o direito de, a qualquer altura, proceder a ajustamentos ou alterações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente publicitadas no website da ERGUE-TE (www.erguete.pt).

O que são dados pessoais

Dados pessoais são qualquer informação, de qualquer natureza e em qualquer suporte, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (designada “titular dos dados”). É considerada identificável a pessoa singular que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente através de um nome, de um número de identificação, de um dado de localização, de um identificador eletrónico ou de outros elementos específicos de identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

O que são dados sensíveis

Dados sensíveis são todos os dados pessoais que estão sujeitos a condições de tratamento específicas:

- Os dados que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas e a filiação sindical;
- Os dados genéticos;
- Os dados biométricos tratados com o objetivo de identificar uma pessoa de forma inequívoca;
- Os dados relacionados com a saúde;
- Os dados relativos à vida sexual ou orientação sexual da pessoa.

Quem são os titulares dos dados

No contexto da atividade desenvolvida na ERGUE-TE são titulares dos dados:

- Os utentes/utilizadores do serviço de atendimento e acompanhamento social;
- Os voluntários da ERGUE-TE (giros e EEP);
- Os beneméritos da ERGUE-TE;
- Os recursos humanos da organização;

Que categorias de dados pessoais são tratados

A ERGUE-TE trata dados pessoais de diferente natureza e sensibilidade, em função de cada área de atuação, como sejam: dados de identificação (nome, números de identificação civil e fiscal), dados de contacto (telefone, email), dados bancários (IBAN), dados financeiros/fiscais, dados de formação e profissionais, e ao nível dos dados sensíveis, dados relativos à saúde.

Princípios fundamentais no âmbito do tratamento de dados pessoais

Princípio da lealdade, licitude e transparência: os dados pessoais serão objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular dos dados;

Princípio da limitação das finalidades: os dados pessoais serão recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo tratadas posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;

Princípio da minimização dos dados: os dados pessoais serão adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;

Princípio da exatidão: os dados pessoais serão exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos sejam apagados ou retificados;

Princípio da limitação da conservação: os dados pessoais serão conservados de uma forma que permite a identificação dos titulares apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;

Princípio da integridade e confidencialidade: os dados pessoais serão tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, sendo adotadas as medidas técnicas ou organizativas adequadas;

Princípio da responsabilidade demonstrada: a ERGUE-TE está em condições de poder comprovar o cumprimento dos princípios anteriormente mencionados.

Fundamentos para tratar os dados pessoais

- a) Consentimento do titular: quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, para uma ou mais finalidades específicas, mediante um ato positivo, que indique uma manifestação de vontade livre, específica, informada e inequívoca de que o titular consente no tratamento dos seus dados, utilizando a ERGUE-TE, na obtenção desse consentimento, uma linguagem clara, simples e inteligível. O consentimento é obtido por escrito, conservando a ERGUE-TE um registo do mesmo, como forma de poder comprovar que o titular deu o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais.

O titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sendo que a retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Sempre que o consentimento seja necessário para o tratamento de dados pessoais de crianças com idade inferior a 16 anos, o mesmo será obtido junto dos respetivos titulares das responsabilidades parentais.

- b) Execução de contrato ou diligências pré-contratuais: quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular de dados é parte (como é o caso dos trabalhadores da ERGUE-TE no âmbito da gestão da relação laboral estabelecida), ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular.

Fundamentos para tratar os dados pessoais sensíveis

- a) Se o titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para o tratamento desses dados pessoais (dados relativos à saúde), para uma ou mais finalidades específicas;
- b) Se o tratamento for necessário para efeitos de medicina preventiva ou do trabalho, para a avaliação da capacidade de trabalho do empregado, com base no direito da União Europeia ou no direito nacional.

Com que finalidades são tratados os dados pessoais

Áreas de atuação	Exemplos de finalidades (não exaustivos)
Ação Social	Triagem e registo de utentes para atendimento social
	Realização de planos de acompanhamento
	Atribuição de apoios diversos
	Aconselhamento jurídico
	Informação Social
Saúde	Inscrição de utentes
	Marcação de consultas
	Financiamento de exames complementares de diagnóstico e terapêutica
	Realização de estudos clínicos/científicos
Transversais	Recursos humanos: recrutamento e seleção de recursos humanos, gestão de recursos humanos, processamento salarial, promoção de segurança e saúde no trabalho;
	Gestão financeira: gestão de cobranças/faturação; gestão de pagamentos;
	Comunicação e marketing: divulgação de comunicações internas e externas; envio de emails;

	Tecnologias de informação: receção e tratamento de pedidos de suporte informático;
	Transportes: gestão da frota automóvel;
	Estudos, planeamento e apoio à gestão: avaliação do grau de satisfação dos utentes; tratamento estatístico de dados para monitorização da atividade
	Jurídico: apoio jurídico às unidades orgânicas;
	Voluntariado: receção e seleção de candidaturas a voluntários, seguros voluntários;

Por quanto tempo são conservados os dados pessoais?

Os dados pessoais são conservados apenas durante o período de tempo necessário para a realização das finalidades para as quais são tratados, cumprindo a ERGUE-TE, sempre que aplicável, os prazos de conservação legalmente estabelecidos.

De que forma são recolhidos os dados pessoais?

A ERGUE-TE pode recolher dados de forma direta (junto do titular dos dados) e pode ser feita através dos seguintes canais: presencialmente, por telefone, por email e através do website.

Quais são os direitos dos titulares sobre os seus dados?

Direito à informação: O titular tem o direito de ser informado pela ERGUE-TE, previamente ao tratamento dos seus dados, sobre:

- A identidade e os contactos da ERGUE-TE, contacto do responsável pelo tratamento e proteção dos dados pessoais;
- As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, bem como o fundamento jurídico para o tratamento;
- O prazo de conservação dos dados pessoais;
- O direito de solicitar à ERGUE-TE o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação, apagamento ou limitação, o direito de se opor ao tratamento e o direito à portabilidade dos dados;
- O direito de retirar o consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, se o tratamento dos dados se basear no consentimento do titular;

- O direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo nacional ou outra autoridade de controlo;

Direito de acesso: O titular tem o direito de obter da ERGUE-TE a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objeto de tratamento e, sendo o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais e às informações previstas no Direito à Informação. Mediante solicitação do titular, a ERGUE-TE fornecerá, a título gratuito, uma cópia dos dados do titular que se encontram em fase de tratamento. O fornecimento de outras cópias solicitadas pelo titular poderá acarretar o pagamento de uma taxa razoável, tendo em conta os custos administrativos associados.

Direito de Retificação: O titular tem o direito de obter por parte da ERGUE-TE, quando o solicite, a retificação dos seus dados pessoais e, bem assim, o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.

Direito ao Apagamento dos dados pessoais (“Direito a ser esquecido”): O titular tem o direito de obter, por parte da ERGUE-TE, o apagamento dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos:

- Os dados do titular deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- O titular retirar o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados e não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento;
- O titular opor-se ao tratamento ao abrigo do direito de oposição e não existirem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento;
- Caso os dados do titular sejam tratados ilicitamente;
- Caso os dados do titular tiverem de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a ERGUE-TE esteja sujeita;

Direito à Limitação do Tratamento: O titular tem o direito de obter, por parte da ERGUE-TE, a limitação do tratamento dos dados do titular.

Direito de Portabilidade dos dados pessoais: O titular tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à ERGUE-TE, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento.

Direito de Oposição e não sujeição a decisões individuais automatizadas: O titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos, incluindo a definição de perfis.

De que forma podem os titulares exercer os seus direitos?

A ERGUE-TE fornecerá informações e comunicará com o titular de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, em especial quando as informações são dirigidas especificamente a crianças.

O direito de acesso, o direito de retificação, o direito ao apagamento dos dados, o direito à limitação do tratamento, o direito de portabilidade dos dados e o direito de oposição e não sujeição a decisões individuais automatizadas podem ser exercidos junto da ERGUE-TE, através dos seguintes meios:

- Presencial, no gabinete da ERGUE-TE, mediante o preenchimento de formulário próprio aí disponível;
- Através de e-mail, a remeter para equipa@erguete.pt;
- Por via postal, para a morada Av. Fernão Magalhães, 136, 3ºZ, 3000-171 Coimbra.

A ERGUE-TE dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) aos pedidos dos titulares no prazo máximo de um mês a contar da data de receção dos mesmos.

No âmbito do exercício do direito à informação e a pedido do titular a ERGUE-TE poderá responder oralmente, desde que a identidade do titular seja comprovada por outros meios.

Como pode um titular de dados apresentar uma reclamação?

Sem prejuízo do exercício dos direitos referidos anteriormente, o titular dos dados pode reclamar diretamente para a autoridade de controlo nacional – a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) –, utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito (em www.cnpd.pt).

Como é que mantemos os seus dados pessoais seguros

Utilizamos uma diversidade de medidas de segurança e ferramentas de autenticação, de modo a proteger e manter a segurança, integridade e disponibilidade dos seus dados pessoais.

A ERGUE-TE, os seus prestadores de serviços e parceiros comerciais, envidam os melhores esforços para implementar e manter os procedimentos, assim como as medidas de segurança física e eletrónica e destinadas a proteger os seus dados pessoais.

Implementámos, entre outras, as seguintes medidas:

- Acesso restrito aos seus dados pessoais com base no critério da “necessidade de conhecer” e apenas no âmbito das finalidades decorrentes dos relacionamentos institucionais previstos no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social ou dos relacionamentos contratuais, expressamente consentidas;
- Proteção dos sistemas de tecnologias de informação através de firewalls, tendo em vista impedir o acesso não autorizado aos seus dados pessoais; e

- Monitorização dos acessos aos sistemas de tecnologias da informação tendo em vista prevenir, detetar e impedir o uso indevido dos seus dados pessoais.

A quem são transferidos os dados pessoais?

– Subcontratantes: a ERGUE-TE poderá recorrer a outras entidades por si contratadas (subcontratantes, tal como empresas de higiene e segurança, escritório de advocacia e de contabilidade), para, em nome da ERGUE-TE, e de acordo com as instruções dadas por esta, procederem ao tratamento dos dados do titular, em estrito cumprimento do disposto no RGPD, na legislação nacional em matéria de proteção de dados pessoais e na presente Política. Os subcontratantes não poderão transmitir os dados do titular a outras entidades sem que a ERGUE-TE tenha dado, previamente e por escrito, autorização para tal, estando também impedidos de contratar outras entidades sem autorização prévia da ERGUE-TE. A ERGUE-TE compromete-se a assegurar que estes subcontratantes serão apenas entidades que apresentem garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a assegurar a privacidade dos dados dos titulares e a defesa dos seus direitos. Todos os subcontratantes ficam vinculados à ERGUE-TE através de um contrato escrito no qual são regulados, nomeadamente, o objeto e a duração do tratamento, a natureza e finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais, as categorias dos titulares dos dados, os direitos e obrigações das partes, incluindo o dever de confidencialidade, e as medidas de segurança a implementar. Nos termos do direito à informação, a ERGUE-TE prestará ao titular informações acerca das categorias de subcontratantes que, no caso concreto, possam efetuar tratamentos de dados em nome da ERGUE-TE.

– Terceiros: a ERGUE-TE poderá ainda transmitir dados a terceiros, designadamente, entidades às quais os dados tenham de ser comunicados de acordo com a legislação aplicável, como, por exemplo, a Autoridade Tributária, a Segurança Social, entidades seguradoras, entre outras.

Como atuará a ERGUE-TE no caso de uma violação de dados?

Em caso de violação de dados pessoais, e na medida em que tal violação seja suscetível de resultar num risco elevado para os direitos e liberdades do titular, a ERGUE-TE notificará a autoridade de controlo nacional dessa violação, bem como comunicará a violação ao titular dos dados, até 72 horas após ter tido conhecimento da mesma. Nos termos do RGPD, a comunicação ao titular não é exigida nos seguintes casos:

– Caso a ERGUE-TE tenha aplicado medidas de proteção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;

- Caso a ERGUE-TE tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades do titular já não é suscetível de se concretizar; ou
- Se a comunicação ao titular implique um esforço desproporcionado para a ERGUE-TE, caso em que esta fará uma comunicação pública ou tomará uma medida semelhante através da qual o titular será informado. Qualquer violação de dados pessoais, cujo tratamento seja da responsabilidade da ERGUE-TE, poderá ser reportada através dos seguintes meios:
 - Através de e-mail, a remeter para equipa@erguete.com;
 - Por via postal, para a morada Av. Fernão Magalhães 136,3ºZ, Coimbra.